 <div>Município de São Paulo Legislação da Despesa por Órgão</div>	Exercício 2009
Órgão: 34 Secretaria Municipal de Participação e Parceria	
<u>Atribuições</u>	

A Secretaria Municipal de Participação e Parceria - SMPP, através do Projeto de Lei nº 796/07, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo, fica estabelecido através da Lei nº 14.667, de 14 de janeiro de 2008 sua criação e aprovação.


Art. 2º - Compete à Secretaria Municipal de Participação e Parceria, órgão da Administração Municipal Direta, conduzir ações governamentais voltadas à democratização da gestão pública do Município de São Paulo, cabendo-lhe, em especial:
I - garantir a participação da sociedade civil e de segmentos sociais específicos da população na construção e implementação de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento e à melhoria das condições de vida no Município;
II - promover e facilitar ações de participação popular que propiciem a implementação de diretrizes e políticas municipais;
III - elaborar projetos e programas que promovem a construção de uma sociedade mais justa, apresentando propostas que assegurem a igualdade de condições, a solidariedade social, a justiça social e o respeito às diversidades.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL


- I - Gabinete do Secretário;
II - Coordenadoria de Assuntos da População Negra;
III - Coordenadoria da Mulher;
IV - Coordenadoria do Idoso;
V - Coordenadria de Assuntos da Diversidade Sexua;
VI - Coordenadoria de Convivência, Participação e Empreendedorismo Social;
VII - Coordenadoria da Juventude;
VIII - Supervisão Geral de Administração e Finanças.

VINCULADOS


- I - Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente ao Gabinete do Secretário Municipal de Participação e Parceria;
II - Grande Conselho Municipal do Idoso à Coordenadoria do Idoso;
III - Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Alcool à Coordenadoria de Convivência, Participação e Empreendedorismo Social;
IV - Casa Eliane de Grammont, Casa Abrigo Helenir Rezende de Souza Nazareth e a Casa Brasília;
V - Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo à Coordenadoria da Assuntos da População Negra;
VI - Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual à Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual.

 <div>Município de São Paulo Legislação da Despesa por Órgão</div>	Exercício 2009
Órgão: 36 Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	
<u>Atribuições</u>	


- 1 - Conduzir ações governamentais voltadas a realizar as articulações entre os órgãos e entidades da Prefeitura e entre os diversos setores da sociedade, visando a implementação da política municipal para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- 2 - Assessorar o Prefeito na definição e implantação das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- 3 - Estabelecer e manter relações de parcerias com os órgãos e entidades da Prefeitura, bem como com as entidades públicas das outras esferas de governo e com os demais setores da sociedade civil;
- 4 - Buscar o suporte técnico necessário para o desenvolvimento, implantação e acompanhamento das políticas propostas pelo Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência;
- 5 - Atuar na implementação descentralizada da política municipal para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, no âmbito das Subprefeituras;
- 6 - Estabelecer e manter relações e parcerias com a iniciativa privada, visando a inclusão social da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida.


 <div>Município de São Paulo Legislação da Despesa por Órgão</div>	Exercício 2009
Órgão: 80 Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	
<u>Atribuições</u>	

- 1 - Promover o desenvolvimento e a manutenção do ensino técnico profissionalizante,
- 2 - Promover o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa aplicada;
- 3 - Prestar serviços de assessoria e consultoria a órgãos públicos e privados nas áreas de sua atuação, para atendimento às demandas da população e do mercado, em sintonia com as políticas públicas, planos e programas de desenvolvimento metropolitano.
- 4 - Garantir, por meio de processo seletivo, cursos técnicos, gratuitos, aos munícipes habilitados para atender à demanda profissional das regiões do Município de São Paulo.
- 5 - Aprimorar a formação de docentes, promovendo cursos e palestras e intercâmbio entre esses profissionais e os das autarquias de saúde e os de profissionais de informática.
- 6 - Investir na qualificação dos profissionais da área administrativa, através de cursos, palestras e intercâmbio entre profissionais de outros órgãos da administração direta e indireta.


 <div>Município de São Paulo Legislação da Despesa por Órgão</div>	Exercício 2009
Órgão: 81 Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/Fundo Munic.de Limpeza Urbana	
<u>Atribuições</u>	

- 1 - Implementar a política governamental para o Sistema de Limpeza Urbana e as metas e objetivos do Plano Diretor de Resíduos Sólidos;
- 2 - proteger os direitos dos usuários;
- 3 - elaborar e propor ao Poder Executivo as medidas de política governamental que considerar cabíveis;
- 4 - expedir normas quanto à outorga, prestação e fruição dos serviços de limpeza urbana;
- 5 - organizar e fiscalizar a prestação dos serviços de limpeza urbana;
- 6 - impor as sanções cabíveis às infrações ao disposto nesta lei;
- 7 - reprimir as infrações praticadas contra os direitos dos usuários do Sistema de Limpeza Urbana;
- 8 - editar atos de outorga e extinção do direito de exploração dos serviços prestados mediante concessão ou permissão;
- 9 - determinar ao operador em regime público que preste serviços de interesse social, mediante remuneração justa;
- 10 - celebrar e gerenciar contratos de concessão ou atos de permissão, controlando e fiscalizando o serviço prestado no regime público, aplicando sanções e realizando intervenções;
- 11 - recomendar ao Poder Executivo a intervenção na concessão, na forma desta lei, bem como adotar as medidas necessárias à sua concretização;
- 12 - arrecadar a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Limpeza Urbana, em articulação com os demais órgãos municipais, na forma desta lei;
- 13 - fiscalizar a arrecadação da Taxa de Remoção de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD, em articulação com os demais órgãos municipais, na forma desta lei;
- 14 - fiscalizar a arrecadação da Taxa de Remoção de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS, em articulação com os demais órgãos municipais, na forma desta lei;
- 15 - gerir o Fundo Municipal de Limpeza Urbana - FMLU, nos termos do disposto nesta lei;
- 16 - dispor sobre as condições de credenciamento e de suspensão de credenciamento dos operadores;
- 17 - credenciar e manter atualizado o cadastro dos operadores de limpeza urbana;
- 18 - expedir normas visando a regular a prestação, no regime privado, dos serviços integrantes do Sistema de Limpeza Urbana;
- 19 - expedir e extinguir autorização para a prestação dos serviços, no regime privado, dos serviços integrantes do Sistema de Limpeza Urbana;
- 20 - definir as modalidades de serviços de limpeza urbana prestados no regime privado, conforme sua origem, abrangência, periculosidade e outros critérios;
- 21 - estabelecer parâmetros quantitativos e qualitativos para a prestação dos serviços de limpeza urbana;
- 22 - expedir normas e padrões a serem cumpridos pelos operadores quanto aos equipamentos que utilizarem;
- 23 - fiscalizar a geração, o acondicionamento, o armazenamento, a utilização, a coleta, o trânsito, o tratamento e o destino final de material radioativo empregado em finalidades de cunho medicinal, de pesquisa e industrial, bem como substâncias, produtos e resíduos em geral, prevenindo seus efeitos sobre a população;
- 24 - participar da elaboração, em articulação com as autoridades competentes, da política ambiental para o Sistema de Limpeza Urbana;
- 25 - exercer o poder de polícia no âmbito do Sistema de Limpeza Urbana sobre os serviços e as condutas dos operadores e usuários;
- 26 - fazer respeitar as posturas municipais e coibir infrações dos usuários;
- 27 - coibir a prestação clandestina dos serviços de limpeza urbana, aplicando as sanções cabíveis;
- 28 - submeter ao Chefe do Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Serviços e Obras - SSO, propostas de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, dos bens necessários à implantação ou manutenção de serviço no regime público;
- 29 - arrecadar e aplicar suas receitas, observado o disposto nesta lei;
- 30 - decidir quanto à celebração, alteração ou extinção de seus contratos, bem como quanto à contratação, nomeação, exoneração e aplicação de sanções disciplinares a seus servidores, realizando os procedimentos necessários, na forma que dispuser a regulamentação;
- 31 - adquirir, administrar e alienar seus bens;
- 32 - formular sua proposta de orçamento, encaminhando-a à Secretaria de Serviços e Obras - SSO;
- 33 - aprovar seu regimento interno;
- 34 - elaborar o Plano Anual de Trabalho, o Plano Plurianual de Investimento, o Plano Diretor de Recursos e enviá-los à Secretaria de Serviços e Obras - SSO e ao Chefe do Executivo;
- 35 - deliberar na esfera administrativa quanto à interpretação da legislação relativa ao Sistema de Limpeza Urbana;
- 36 - compor administrativamente ou resolver por meio de arbitragem os conflitos de interesses entre operadores e entre operadores e usuários;
- 37 - promover a interação com os demais órgãos reguladores de limpeza urbana ou com órgãos municipais, estaduais e federais de natureza ambiental.
- 38 - promover o relacionamento com as demais entidades governamentais federais, estaduais e municipais,
- 39 - elaborar suas normas e aplicar a política de limpeza urbana, em consonância com as políticas nacionais, estaduais e municipais de saúde pública, desenvolvimento urbano, meio ambiente, recursos hídricos, saneamento e educação;
- 40 - articular a sua atuação com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, com vistas à proteção e defesa dos direitos dos

 <div>Município de São Paulo Legislação da Despesa por Órgão</div>	Exercício 2009
Órgão: 81 Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/Fundo Munic.de Limpeza Urbana	
usuários do serviço de limpeza urbana.	

 <div>Município de São Paulo Legislação da Despesa por Órgão</div>	Exercício 2009
Órgão: 82 Fundação Catavento	
<u>Atribuições</u>	

- 1 - Criar e administrar o Museu da Criança da Cidade de São Paulo.
- 2 - Promover os princípios de saúde pessoal, física e espiritual.
- 3 - Promover atividades que desenvolvam a mentalidade inquisitiva, exploratória, participante, quantificada e experimental, através de módulos que priorizam a interação com o visitante, proporcionando diversão.
- 4 - Documentar e divulgar propostas e trabalhos técnicos relacionados à criança e ao adolescente.
- 5 - Promover e divulgar junto a crianças, adolescentes e pais o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

 <div>Município de São Paulo Legislação da Despesa por Órgão</div>	Exercício 2009
Órgão: 88 Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural	
<u>Atribuições</u>	

A Prefeitura do Município de São Paulo através do convênio nº 400/2002 firmado com o Ministério da Cultura, através da Secretaria Municipal de Cultura - SMC e da Empresa Municipal de Urbanização -EMURB, participa do Programa MONUMENTA na implantação de Revitalização do Conjunto Histórico da região da Luz. Tal convênio está vinculado ao Contrato de Empréstimo nº 1200/OC-BR, firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

O anexo E do regulamento Operativo, do citado contrato de empréstimo, trata do Fundo de Preservação sendo que o item A prevê: "1. Os recursos gerados, direta ou indiretamente, pelo Projeto, serão depositados em um fundo contábil criado pelo Município especialmente para esse fim, nos termos da Lei Federal 4320/64 (artigos 71 a 74)." O mesmo deverá ser mantido por 20 anos.

Dentre os objetivos do Fundo estão : " (i) assegurar a sustentabilidade financeira do Projeto, através da garantia de recursos financeiros para manutenção e conservação dos investimentos realizados, e.."

O mesmo anexo E define, no seu item D.- Origem dos Recursos, quais recursos que deverão ser depositados no Fundo. Dentre os vários recursos o anexo elenca os seguintes:

- "(ii) receitas indiretas, que consistirão, dentre outros, em recursos orçamentários, devendo o Município e o Estado, quando for o caso, fazer previsões anuais que correspondam, pelo menos, ao incremento projetado da arrecadação em decorrência dos investimentos realizados;
- (iv) contrapartidas;
- (ix) recursos do Programa aplicados na recuperação de imóveis privados, que deverão reverter ao Fundo na forma prevista no Anexo F deste Regulamento; "

Após o lançamento de dois editais de imóveis privados onde compareceu no 1º lançamento um único interessado, o Edifício Santa Josefa que não conseguiu comprovar a documentação exigida e, no 2º Edital como único interessado, se apresentou o Colégio Santa Inês que mais tarde desistiu do financiamento. Porém, o Município já possui disponível na conta, os recursos destinados a Imóveis Privados na ordem de R\$ 2.364.965,00, devendo lançar o terceiro edital ainda entre os meses de agosto e setembro de 2008. Desta forma os recursos provenientes do financiamento da reforma de imóveis privados deverão retornar para a conta do fundo de preservação, conforme dispõe o contrato de empréstimo.

O FUNPATRI (Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Área do Projeto Luz, no Município de São Paulo) foi criado pela Lei Lei nº 13.520, de 6 de fevereiro de 2003 e regulamentado através do DECRETO Nº 46.967, de 2 de fevereiro de 2006.